

“CECI N’EST PAS UNE PIPE”: CONSUMO DE CRACK, TERRITÓRIOS ILEGAIS E TRAJETÓRIAS URBANAS.

ISABELA BENTES ABREU TEIXEIRA¹

INTRODUÇÃO

O crescimento dos espaços territoriais em grandes metrópoles no Brasil abrigou uma diversidade de expressões sociais associadas a um cenário bastante específico. Caracterizado pelo aumento populacional, e o aprofundamento das desigualdades sociais, fatores como violência, desemprego, moradia e acesso à educação e ao sistema público de saúde, são cruciais na compreensão da estrutura dos conflitos sociais.

No cenário contemporâneo, a aceleração irrefreável do *modus operandi* do modelo de globalização característica da sociedade capitalista, desenvolveu formas de sociabilidades baseadas na exclusão, na marginalização, e no estigma. Associado a isto, uma sociedade caracterizada fortemente pelo consumo e pelo desejo socialmente construído da aquisição, o uso de drogas, sejam elas tornadas ilícitas ou não, também se incorporam nessa dinâmica cada vez mais voraz. O contexto que será discutido, o consumo dessas substâncias psicoativas, são as que estão no mercado ilegal dentro dos centros urbanos, e as formas de como elas operam no sentido de permitir uma espécie de sociabilidade psicoativa, por um lado, e por outro, a formação de territórios

1 Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: isa.bentes@gmail.com

específicos de consumo que, por inúmeras vezes, são alvos de ações repressivas atuadas pelo Estado com o aval da sociedade.

A partir dos anos 2000, a mídia em geral no Brasil tem sido bombardeada de forma constante sobre a questão do *crack*. Este fenômeno tão em evidência provocou uma série de títulos em jornais e revistas, para além das notícias de apreensões, reportagens apontando que "*Crack* mata 50% a mais dos neurônios do que a cocaína"; "Epidemia de *crack* está fora do controle", "*Crack* é a droga que mata rapidamente", dentre outras manchetes desta natureza.

As cidades brasileiras evidenciam este tempo sombrio que arrasa famílias, destrói os laços sociais e degenera os usuários/as que fazem uso desta substância. Todo um cenário de horror é construído, e as ações de repressão são louvadas pela população como um elemento a ser fortalecido, pois estes são os paladinos que irão salvar o mundo do *crack*.

Apesar de assemelhar-se a uma fábula, este é o cenário que se apresenta em todos os países que adotaram a política proibicionista como orientação. Por mais que o consumo de substâncias psicoativas seja algo incorporado na nossa história desde tempos imemoriais, a partir principalmente de plantas e fungos, hoje existe uma série de considerações a serem feitas sobre tais aspectos.

Tratar a "questão das drogas", principalmente no que diz respeito àquelas tornadas ilícitas, suscita logo de imediato no imaginário as medidas punitivas encampadas através do sistema de justiça criminal e decretos governamentais, fortalecidos não só pelos aparelhos de Estado, mas também pelo discurso normativo da sociedade. Atualmente no cenário nacional esse discurso vem-se associando com a declaração de efetivação de uma situação epidêmica no que diz respeito ao consumo de *crack*, e do aumento da violência provocado por esse fenômeno.

O século XX inaugura, portanto, a forma proibicionista de inúmeros psicoativos. Não raro, é comum, se tratando sociedade

mediatizada e orientada pelo uso da imagem, a veiculação de notícias sobre novas substâncias psicoativas apreendidas e, quando da impossibilidade de atuar punitivamente sobre seus produtores, comerciantes e usuários/as devido à ausência de regulamentação sobre tais substâncias, a solução se repete. A fim de dar alguma resposta para este dilema, adicionam-se à lista das agências reguladoras, novos psicoativos que, a partir de então, tornam-se proibidos. Por exemplo, o LSA, a *salvia divinorum*, NBOMe, e a metilona foram inseridas na lista da Agência Nacional Vigilância Sanitária (Anvisa) e, portanto, tornadas proibidas.

É nesse contexto de ações governamentais imediatistas, de respostas rápidas para eventos que envolvem substâncias alteradoras de consciência, que a política sobre drogas acerca do *crack* foi forjada. As imagens obscuras, as campanhas de prevenção, a pedagogia do horror calcada nas mensagens das campanhas publicitárias antidrogas, as imagens da miséria e da violência associadas ao consumo de drogas, o discurso de combate ao tráfico de drogas, assim como a repressão do Estado a fim de acabar com esse mercado ilícito, são elementos postos em nosso cotidiano que constrói no imaginário social um consenso sobre este tema em específico, que corrobora com a noção de que as drogas em si conduzem os indivíduos a uma situação de extrema indignação.

As questões expostas são resultados de reflexões, acúmulos e debates travados na equipe local (Natal-RN) do estudo multicêntrico "Perfil dos usuários de *crack* nas 26 capitais, DF, 9 regiões metropolitanas e Brasil", financiada pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad), e coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz). Tal projeto tinha como meta traçar o perfil dos/as usuários/as de *crack*, analisar suas condições de saúde, sociais, jurídicas e compreender o quadro epidemiológico dessa população, elemento central que orientou toda a pesquisa. Nessa equipe ocupei a função de entrevistadora/conselheira, que tinha como objetivo mapear e entender esse conjunto da parcela da população que consome *crack* nas vias públicas.

Muito do que foi discutido neste grupo de pesquisa, na cidade de Natal (RN), durante o primeiro semestre de 2012, tem o intuito de ser aprofundado, e dar sinalizações para o debate que pode-se construir hoje. Desde elementos e críticas à metodologia da pesquisa, passando pelas questões de ordem prática, ou aos conflitos durante o processo de realização da pesquisa, até mesmo às dificuldades existentes quando o mapa das cenas de consumo foi publicado na página de um jornal de grande circulação, dificultando nossas idas aos locais devido às situações de repressão nesses territórios identificados. As dinâmicas de realização da pesquisa, os diálogos com os/as usuários/as, e depois os debates dentro da equipe formada por antropólogos/as, sociólogos/as, estudantes, enfermeiros/as e psiquiatras foram essenciais para compreender de maneira mais concreta aquilo que poucos de nós tínhamos uma vaga noção através do que era retratado pela mídia, e outros/as que nos auxiliaram no aprofundamento do conhecimento dessa realidade.

O resultado da pesquisa foi publicado em setembro de 2013, apontando que o Brasil possui cerca de 370 mil usuários/as de *crack*, o que corresponde a 0,8% da população. O público pesquisado refere-se à usuários/as maiores de 18 anos, que fazem uso em locais públicos, consumindo *crack* em lata, copo ou cachimbo, retratando, portanto uma parcela de consumidores/as que estão em maior visibilidade, excluindo as populações escondidas, que fazem uso em suas residências ou em espaços privados, as quais não foi possível ter acesso.

Citar essa pesquisa acerca do perfil dos usuários/a de *crack* é fundamental, uma vez que ela integra o conjunto de ações desenvolvidas, à época, do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, que foi redesenhado e hoje identificado por "*Crack, é possível vencer*". Esse plano tem os eixos de atuação que se baseiam na lógica do cuidado (para atenção aos usuários/as e familiares); prevenção (campanhas contra o consumo de *crack*), e autoridade (enfrentamento ao tráfico e fortalecimento do policiamento ostensivo nas regiões em que se percebe o consumo de *crack*).

O título deste ensaio "*Ceci n'est pas une Pipe*" dialoga com o artigo de autoria de Rui (2010), traduzido para "Isto não é um cachimbo", para expor o debate que parte da compreensão de que as cenas de consumo de *crack* não se resumem apenas aos cachimbos. A multiplicidade de subjetividades, práticas, trajetórias e padrões de uso fazem destes espaços urbanos locais que abrigam uma profusão de realidades sociais que valem ser analisadas, pesquisadas, e aprofundadas para compreensão da questão do uso de psicoativos na contemporaneidade.

Sendo assim, levantar essa problemática acerca da atual política sobre drogas, entender o discurso da epidemia e os impactos que essas medidas têm nos centros urbanos é fundamental para compreender de que forma se dá a maneira pelo qual se forja a concepção sobre certos psicoativos. O artigo explica, portanto, como se caracteriza as cenas de consumo existentes na chamada *cracolândia*, em especial na cidade de São Paulo/SP, e como se dão os processos de gentrificação destes espaços urbanos através das políticas de repressão, referenciada historicamente na proibição de certas substâncias psicoativas. A necessidade de se desconstruir as referências midiáticas e do senso comum sobre a questão do *crack*, este ensaio esboça questões a serem levadas em consideração para contribuir com a superação do paradigma proibicionista que reforça estigmas e criminalizações.

A construção do debate inicia com a referência na história da proibição das drogas como elemento fundante do surgimento do *crack*, percorrendo de que forma esta substância psicoativa se inseriu na sociedade brasileira. O diálogo decorre compreendendo como a dinâmica urbana se envolve com as cenas de consumo de *crack*, e as repostas oferecidas para expurgar essa população dos centros urbanos. A análise é voltada para a cidade de São Paulo/SP, cidade com cenas de consumo de *crack* densa, sendo possível perceber seus deslocamentos, particularidades, comportamentos, visualizando as respostas do poder público com relação aos espaços caracterizados pelo uso de substâncias psicoativas tornadas ilícitas. A percepção desse contexto é abordado através da perspectiva de como o capitalismo gerencia

os espaços dotados de um exército de reserva caracterizados por usuários/as de drogas, fundamentalmente a partir da implementação neoliberal na gestão dos espaços urbanos.

VIVENDO NA IDADE DA PEDRA: AS CENAS DE CONSUMO DE CRACK NAS CIDADES BRASILEIRAS

De início, cabe lembrar que os psicoativos não estiveram sempre dispostos em sociedade de forma proibida. O século XIX foi marcado pela produção, comércio e uso de substâncias de forma legal, sendo possível observar a utilização de opiáceos como forma de automedicação, assim como a Coca-Cola, lançada em 1885, era fabricada a partir de combinações cocaínicas, igualmente ao vinho Mariani, a maconha e o haxixe utilizados em larga escala por intelectuais, artistas e comunidades que os usavam inseridos no seu contexto cultural, e o álcool da mesma forma que as outras drogas, ou seja, não havia nenhum tipo de restrição e/ou proibição (RODRIGUES, 2008).

A segunda metade do século XIX, por sua vez, foi caracterizada por uma forte onda de mobilizações de cunho religioso e moral com o intuito de banir de circulação todos os tipos de drogas, excetuando dessa lista o café. Estas mobilizações de cunho fortemente religioso começaram a conquistar vitórias no avanço proibicionista dentro dos Estados Unidos, em particular, país este que é um dos defensores de manter na ilicitude as substâncias psicoativas que se tem conhecimento hoje, exceto o álcool, o tabaco e alguns remédios específicos. No campo das relações internacionais, foram igualmente encampadas e articuladas estratégias políticas a partir de conferências e reuniões globais para que fosse possível uma real efetivação desse projeto anti-drogas nos EUA. (RODRIGUES, 2008)

Em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), visualizou-se um organismo internacional que teria, dentre outras questões, o controle de psicoativos que vinha sendo colocado por tratados e convenções desde 1910, reconstituindo o poder que era atribuído à antiga Liga das Nações. Em 1961, foi

decretada a política proibicionista como forma de gerir a questão dos psicoativos durante a convenção de Única da ONU sobre Drogas.

Esse modelo de combate e enfrentamento às drogas, como é sabido, não impossibilitou a existência de um mercado consumidor, além de criar mecanismos que permitiram a criação de novas drogas e/ou derivadas entrando em circulação. Um exemplo disso é o caso da cocaína que, com as forças repressivas atuando fortemente na sua produção e no seu comércio, e nos embargos ao comércio dos solventes utilizados para sua produção, principalmente nos anos de 1980, condicionou como estratégia alterações na sua composição, obtendo como resultado o que conhecemos hoje por *crack*.

Tendo sua trajetória no Brasil como uma droga de uso medicamentoso, a cocaína atingiu seu ápice de consumo nas três primeiras décadas do século XX e, posteriormente, o declínio na visibilidade do seu consumo ao longo de 40 anos devido às estratégias de repressão. Nesse tempo, detectou-se o aumento no número de usuários a partir dos anos de 1970 e 1980, agora num quadro de repressão fortificada de toda cadeia produtiva da cocaína. O *crack* tem registro pela primeira vez no Brasil no ano de 1989 na Delegacia de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo (Denarc) em seus relatórios internos, sendo possível detectar a partir de relatos de usuários/as já em 1987. Essa diferenciação de anos é compreendida uma vez em que há disparidade temporal de quando uma substância ilícita começa a circular em sociedade até existirem suas primeiras apreensões. (DOMANICO, 2006)

A cocaína, substância composta a partir de misturas feitas à base da folha de coca (*Erythroxylon coca*) que é utilizada há milhares de anos pelos povos originários da América Latina com finalidade lúdica, religiosa e curativa, antes de ser proibida servia na terapia de depressão, no tratamento de perturbações digestivas, no tratamento da tuberculose, nos tratamentos de abstinência de alcoolistas e opiômanos, no alívio da asma, como afrodisíaco e como anestésico local. (ASHLEY, apud DOMANICO, 2006, p. 10) No início do século XX, nos EUA, como já foi relatado,

começou-se a associar o consumo da cocaína ao crescente aumento da violência pelos negros que a consumiam e, dessa forma, houve uma intensificação no processo de marginalização desses grupos e da própria droga em si, perdendo o prestígio que tinha até meados dos anos de 1920. Durante os anos de 1970, com a popularização do consumo de drogas na classe média estadunidense, a cocaína consumida via aspiração intranasal (o cloridrato de cocaína popularizado como "pó" pela forma como se apresenta) voltou a ser largamente utilizada, entrando em consonância com a expansão do movimento de contracultura iniciado nos anos de 1960, e que teve seu ápice em 1966 que "atingiu seu máximo de potencialidade criadora, provocadora e produtiva" (RODRIGUES, 2008, p. 78).

Com o aumento da repressão à maconha e às anfetaminas, a cocaína era a droga que se encontrava mais facilmente disponível, porém seu elevado custo ficava destinado às camadas que possuíam mais condições de obtê-la. Durante os anos de 1980, como forma de obter efeitos mais intensos, manipularam a cocaína para ser fumada, sem volatilizar-se, o consumo do chamado *freebase*. Ainda durante esta década, entre as camadas mais carentes das regiões centrais de Nova York, Los Angeles e Miami, surgia o que conhecemos hoje por *crack*, que em formato de pedra, exige pouca quantidade de cocaína para se obter esse subproduto, e não era mais manipulada por usuários (como é o caso do *freebase*), mas agora já comercializado por traficantes na forma como conhecemos hoje. Essa forma popularizada da cocaína garantiu preços ínfimos a uma droga que era exclusiva das classes mais abastadas, além de garantir a ascensão dos lucros do comércio ilegal de drogas. (DOMANICO, 2006)

Os Estados Unidos, país que encampou a política proibicionista, tem seu "auge epidemiológico" do consumo de *crack* nos anos 1980, como sinaliza o neurocientista Carl Hart, em seu livro publicado recentemente no Brasil, "Um preço muito alto". Hoje, a preocupação fundamental das políticas voltadas para o enfrentamento de drogas é a produção, o comércio e o consumo de metanfetamina, seguindo a mesma trajetória discursiva que vemos

hoje acerca do *crack* no Brasil, e o que já foi vivenciada nos EUA. Vale ressaltar, como uma das declarações presentes nesse livro, a disparidade das punições entre usuários de cocaína e de *crack* perante o sistema de justiça criminal estadunidense, mesmo que farmacologicamente estejamos falando da mesma droga.

ESPAÇOS (PARA)NÓIA: ENTRE PÂNICOS E EPIDEMIA

A crescente visibilidade do consumo de *crack* nas grandes cidades foi decorrente da ocupação de alguns espaços urbanos por um determinado número de usuários/as em locais de grande movimentação como, por exemplo, os centros das cidades. O exemplo mais comumente utilizado quando se coloca essa questão são as cenas de consumo de *crack* no centro da cidade de São Paulo/SP². A chamada “cracolândia” compreende o espaço determinado na região da Luz, ramificadas desde seu epicentro, entre a Rua Helvetia e a Alameda Dino Bueno, bem como a extensão e concentração de uso em torno da Rua dos Gusmões, Rua Apa e baixos do viaduto do Minhocão, como aponta Adorno et al. (2013), entendendo a configuração desse espaço a partir das observações construídas numa pesquisa realizada de maio de 2011 e junho de 2012, no período da 07h às 23h, dividida em equipes de três a cinco integrantes. Adorno et al. vai trazer que é possível

lulma delimitação de identidades e espaços e, algumas vezes, distintos modos de uso da droga. Pode-se observar, assim, que a cracolândia se tornou, nos últimos anos, um espaço de lazer de grande parte do circuito das populações em situação de rua, de egressos do sistema penitenciário e, como espaço de trocas desses atores, também se tornou um local de compra e venda de *crack*. Diversos grupos passaram a frequentar a cracolândia, não apenas para comprar drogas, mas também como a incorporação do estilo de vida, associado ao uso daquela droga. Desse modo, ao longo das idas, o espaço dessa mancha urbana nos foi aparecendo como um local em que ocorria um intenso sistema

2 Aqui irei adotar algumas referências das cenas de consumo de maior visibilidade, e que se constituem como grandes espaços caracterizados pelo uso de *crack*. Apesar de ter participado da pesquisa que faço referência no texto na cidade de Natal (RN), esta por sua vez não constitui, em nenhum espaço urbano atendido pela pesquisa, uma cena populosa e densa de usuários/as, sendo, portanto, dificultoso algumas apreensões para o debate sobre territórios ilegais.

de trocas. Trocas de objetos, alimentos, bebidas, drogas e também de afetividades, sexualidades, emoções. (ADORNO et al., 2013, p. 6)

Historicamente essas regiões hoje claramente demarcada pelo comércio de drogas ilícitas e de sexo, tem suas compreensões de temporalidades marcadas, como coloca Adorno *et al.* sendo, portanto, definido pela construção de que

lelisse território de trocas se enraizava nos circuitos de rua e de fluxos com as periferias da cidade e com a antiga ocupação da região, tradicionalmente parte da região do baixo meretrício da cidade de São Paulo, um espaço de intersecção das estações de trens e ônibus (em razão de ali ser o local da antiga rodoviária da cidade de São Paulo), bem como pelo comércio vinculado a empresas de transportes – legais e clandestinos – para os estados do Maranhão e Piauí e para o Paraguai. Assim, entendemos esse espaço no quadro dos chamados “ilegalismos urbanos”, que, por sua vez, repõem em termos locais aspectos das chamadas “cidades globais”, compartilhando com essas os diversos mecanismos e agenciamentos entre o Estado e os mercados paralelos. (ADORNO et al., 2013, p. 6)

As cenas de consumo de *crack*, por apresentar essa definição de lugar ilegal, é constantemente alvo de ações repressivas do Estado como forma de inibir essa transação do comércio de drogas ilícitas, o consumo delas, e toda e qualquer outra prática que, pelo fato de serem realizadas naquele circunscrito territorial, já o torna uma prática potencialmente ilegal. As ações repressivas, programas de erradicação do consumo de *crack* de espaços com fins de revitalização, dentre outras políticas de enfrentamento ao crime, implicam deslocamentos territoriais no meio urbano, com mudanças nos locais de permanência desses indivíduos que transitam nas cenas de consumo de *crack*, porém não finda com a existência deles. Como é visto em uma das escritas feitas com *spray* de tinta nos muros da região do Minhocão que diz “A cracolândia anda, não adianta maquiagem o Minhocão”.

A mídia incorporou essa pauta com a finalidade de evidenciar o consumo escancarado de drogas tornadas ilícitas, em especial o *crack*, e foi um dos maiores propagadores dessa noção controversa de epidemia. A exploração do cenário dantesco de miséria, associada com o consumo abusivo e crônico, incorporados a uma situação de vulnerabilidades associadas aglutinada

em um espaço tão visível, fez com que a sociedade demandasse uma resolução para essa problemática. Repetidamente vê-se nos grandes meios de comunicação em massa a construção do “problema do *crack*” sendo esgotado em concepções de demonização dos usuários, de degradação da vida humana, de campanhas fúnebres, da construção identitária compreendida a partir de vivência dos usuários/as em um lugar sujo, que são sujos, e são responsáveis pela degeneração de suas vidas, de comportamento violento, e que provocam o rompimento dos laços familiares. Ezra Park (1987, p. 28) aponta para esse fenômeno midiático como uma ausência de estudos sobre a questão, e que estes apontem para uma forma de que precisamos de tais estudos quando mais não seja para nos habilitar a ler os jornais inteligentemente. O motivo para que a crônica diária dos jornais seja tão chocante, e ao mesmo tempo tão fascinante, é que o leitor médio conhece muito pouco a vida da qual o jornal é registro.

Esse fenômeno reflete o desconhecimento sobre a questão do *crack* e dos seus impactos na sociedade. Podendo ser consumida de várias formas, o *crack* (nome atribuído pela sonoridade que se faz ao fumá-la), pode ser misturado em cigarros de tabaco ou de maconha (que, segundo os usuários, diminuem os efeitos da chamada “*nóia*”), ou consumido em latas, cachimbos, muitas vezes improvisados com canos de PVC, ou copos plásticos. Em geral, quando não utilizada nos cigarros de maconha, o ato de consumir *crack* se concretiza de maneira permanente: coloca-se cinzas de cigarro no local em que será queimado o *crack*, coloca a “pedra”, em seguida acende-se com isqueiro ou fósforo, e aspira-se a fumaça exalada da queima. A duração do efeito psicoativo do *crack* dura em torno de cinco minutos, a reação com o neurotransmissor responsável pela liberação da dopamina provoca uma sensação de prazer e euforia e, após essa curta sensação, vêm os efeitos da paranóia e da depressão. Em Pernambuco, foi percebido entre os usuários/as uma tecnologia de consumo denominada de “*crack* virado”. Esse mecanismo é a transformação do *crack* em pó a partir de sua trituração até que se assemelhe ao póvilho existente nas lâmpadas fluorescentes, onde então é adicionado ácido bórico. É relatado que o efeito

dura mais tempo, em torno de 30 a 40 minutos, e alguns usuários/as chegam a dizer que reduz o dano da substância, uma vez que a durabilidade do efeito possibilita um menor quantidade de *crack* consumida. O nome "virado" se dá em decorrência da transformação do *crack* em pó, ou seja, "virar" a pedra em pó.

Em visitas às cenas de consumo de *crack*, percebe-se que o momento do uso é caracterizado pelo silêncio e por poucos movimentos físicos para não acarretar os efeitos ligados à chamada *paranoia* que ocorre em alguns momentos de uso. Tal situação é percebida pelos usuários/as como a chegada da polícia, de um parente próximo, vizinhos, e outros conhecidos alheios a esse mundo. Essa aversão ao encontro remete os usuários/as a situações que geram punição pelo uso de *crack*. Outro elemento presente no ato do consumo é a desconfiança existente entre os membros do grupo que acreditam poder ser subtraídos pelos/as parceiros, sendo qualquer movimento suspeito motivos de violência.

Posto isso, é visto nas cenas de consumo de *crack* que, embora existam regras coletivas para o momento de consumo, o cachimbo, ou qualquer outro instrumento utilizado, não é sempre compartilhado no grupo. Geralmente o consumo se dá de forma individualizada e dificilmente gera a formação de novos laços sociais por esse grupo específico e, seu consumo por um tempo prolongado, permite um comportamento antissocial devido às suas relações sociais serem condicionadas através da oportunidade de conseguir a tal substância.

Compreendendo que o *crack* e a cocaína são farmacologicamente a mesma substância, existem formas díspares na produção, no comércio e no consumo delas. Sabe-se que as formas de consumo inaladas (em formato em pó), e fumada (em formato de *crack*) implicam formas dessemelhantes de consumo. O formato em pó implica a utilização de instrumentos pouco elaborados (como, por exemplo, canudos feitos de papel), sem emissão de odores, fumaças, e de rápida aspiração, porém geralmente

requer que nesse espaço não haja circulação de vento, o que demanda na maioria dos casos que seu uso seja realizado em espaços fechados para que a droga não se perca. O *crack*, por sua vez, devido à sua finalidade ser para o fumo, emitindo odor junto com a fumaça, requer a utilização de cachimbos, ou de qualquer outro instrumento como latas ou copos, ou em formatos de cigarros, e geralmente, são consumidos em locais abertos e arejados para a circulação do ar.

O padrão de uso destas substâncias sinalizam a (in)visibilidade de práticas consideradas ilegais que, em última instância, determina a moralidade, a repressão, e o aprofundamento do estigma social, e como eles se dão em relação a esses dois grupos. Para além das questões de exposição do consumo, é claro e objetivo o recorte de classe que se desenha nesta configuração: os/as usuários/as de *crack* têm um acesso restrito ao tipo de consumo de cocaína inalada, com maior pureza da substância, que tem alto valor comercial; porém, os/as usuários/as de cocaína inalada, no formato em pó, tem poder econômico de escolher o que consumir e, o mais relevante, o espaço privado para tal, se esquivando dos riscos postos no consumo visibilizado de substâncias psicoativas tornadas ilícitas, que geralmente envolve situações de repressão, violência e conflitos de diversas ordens.

QUEM PENSA A CIDADE? TERRITÓRIOS, ILEGALISMOS E VIDA URBANA

Em uma entrevista realizada com um usuário atendido no Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, Moreira (2009, p. 113) relata que considerou o *crack* como a “droga do silêncio”, pois nada era pensado ou feito durante o seu efeito, nenhuma realidade era considerada, nenhuma culpa ou preocupação advinha no momento do seu uso - uma suspensão completa do real. Essa colocação caracteriza densamente o modelo de uma sociedade em profundas transformações e seus rebatimentos nas esferas da vida individual. Simmel (1979) vai trabalhar essa questão contemplando a dimensão da atitude *blasé* em pleno século XX, e que aqui

será entendida de forma a pensar as atualizações dessas relações que são estabelecidas na emergência de uma nova configuração social, econômica e política, que demarcaram posições nas diferentes temporalidades postas em questão. A transição dessas formatações implicou necessariamente em novas formas de agrupamentos humanos, com suas subjetividades e particularidades postas, e que o cenário da metrópole, com sua forma diversa, caótica, instável, teoricamente daria conta desse entendimento, e que seria o espaço ideal para as transformações no processo de desenvolvimento da economia monetária, e a transição de um modelo feudal para o modo de produção capitalista.

Simmel (1979) vai apontar que a metrópole imporia ao indivíduo um fluxo enorme de impressões e variações perceptivas que só poderiam ser trabalhadas pelo intelecto e não pelas camadas mais profundas do psiquismo, apropriadas a um ritmo mais lento, regular, com pouca variação habitual. Na contemporaneidade, esse fenômeno resultou em um crescente processo da recorrência da atitude *blasé* "que identifica que a incapacidade de reagir a novos estímulos com as energias adequadas (...) que associada à economia monetária, a essência da atitude blasé encontra-se na indiferença perante as distinções entre as coisas (...) não são percebidas como significantes." (SIMMEL, 1979, p. 35). Essa indiferença posta ao homem moderno, que é inserido na coletividade sem qualquer forma de afetação, de reservas, é o que torna esses indivíduos indiferentes ao que ocorre no cenário urbano de intensas modificações e reorganizações espaciais. Porém, no momento em que essa energia adequada necessária para percepção de novos estímulos é sensibilizada, ela se transforma em realidade estigmatizada, que reduz qualquer tipo de possibilidade de relação social, aproximação, em um contexto de extrema vulnerabilidade para os indivíduos que se agrupam com algo em comum: o consumo de uma substância ilícita, o *crack*. Portanto, essa relação (ou a ausência dela) entre estranhos, que se repelem, geram constantes conflitos tantos interiores (sob o questionamento da própria individualidade, mas não tem perspectiva de se desprender dessa condição) e

conflitos exteriores (em que os indivíduos não aceitam o outro como seu igual).

Ezra Park (1987) vai trabalhar com a noção de região moral como um território vinculado estritamente à noção de espaço, que consiste em uma delimitação do meio urbano que corresponde a um *ethos*, a um determinado tipo de comportamento social, que agrega sujeitos que têm semelhanças na forma em que vivem que são próprios daquele grupo específico. Essa região moral, Ezra Park vai apontar que o resultado dessa configuração é

[...] dentro da organização que a vida cidadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas. Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações cidadinas, pode assumir o caráter de uma "região moral". Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião. (PARK, 1987, p. 64)

Essa região moral, que demonstra o mosaico de mundos distintos que se tocam, mas não se interpenetram, Park associa essa dimensão da cidade à uma concepção de espaço urbano típicos de lugares decadentes, principalmente de Chicago, em regiões conhecidas como *bad lands*, que se formava em torno do centro comercial e financeiro, caracterizada fortemente pela pobreza, pela deterioração e pelas enfermidades típicas de uma região marcada por práticas criminosas e prostituição. Ou seja, uma referência territorial demasiadamente semelhante às cenas de consumo de *crack* que se formam nos centros comerciais dos meios urbanos.

Ezra Park (1987, p. 65) deixa muito claro o sentido da existência desses espaços urbanos claramente demarcados, estigmatizados e marginalizados, colocando que as causas que fazem surgir o que aqui descrevemos como "regiões morais" devem-se em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte, à permissibilidade que essas mesmas condições oferecem.

Um fato interessante a se problematizar ocorreu na região popularizada de "cracolândia", uma situação emblemática. Um artista plástico colocou uma espécie de altar com uma santa denominada "Nossa Senhora do Crack" representada em uma estátua de gesso, com iluminações. Porém, essa situação não fora apreciada pelos usuários/as que frequentam aquele espaço e, como resposta, quebraram a santa. Muitos usuários/as criticaram dizendo:

"Achei ridículo. Na minha opinião é um pecado sem tamanho. Pusesse um outro nome, Nossa Senhora da Apa, rogai por nós."

"Quem fez isso aí errou, não devia ter feito porque, queira ou não, não pode envolver uma santa com o crack, que é uma santa da igreja, coisa de Deus, então nós tem que respeitar."

"Nós quebramos porque é a santa do mal, é como se fosse a santa do mal. A santa do crack. Porque o crack não é bom, o crack não é de Deus e a santa é uma santa divina, uma coisa boa". (G1, 2011)

Isso assinala para a concepção de cidade que Ezra Park traz colocando que

l a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais, e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos (...). Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. (PARK, 1987, p. 26)

Por mais que aquele espaço seja um território visto como a suspensão de tradições, costumes e enraizamentos culturais, elas não se separam dos indivíduos naquele momento. O elemento religioso é fortemente presente nesses espaços, a começar pelo entendimento de que o consumo daquele psicoativo específico é "coisa do Diabo", "a santa do mal", e pela interiorização desses elementos como um instrumento em que pode-se crer para superação de problemas de abuso de drogas. Não à toa, as comunidades terapêuticas, espaços de cura de abuso de drogas através do mecanismo da fé em regime de abstinência, tem grande sucesso, apesar de não apresentar êxito nos resultados dos tratamentos para usuários/as em situação de abuso. Esse entendimento Arantes expõe que

lois habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas. (ARANTES, 1994, p. 19)

“A CRACOLÂNDIA ANDA, NÃO ADIANTA MAQUIAR O MINHOCÃO”³.

Dito isto, torna-se necessária a compreensão das dinâmicas que estão sendo colocadas nesses espaços em uma conjuntura de reorganização do capital e, com isso, de implicações na disposição dos equipamentos urbanos, e seus projetos que atendem a essa demanda posta pela globalização, com estratégias de revitalização, intervenções urbana que, como aponta Fessler (2007, p. 27) salientam a cenarização da paisagem, a gentrificação, a culturalização e a espetacularização dos espaços renovados, entre outros termos cunhados para expressar as características dos processos. Mais adiante explica que as desigualdades sociais têm sido denunciadas repetidamente por diversos autores e instituições, através de diferentes discursos e formas, inclusive da arte.

Esse esclarecimento feito por Fessler (2007) torna-se elemento para leitura dos processos que estão ocorrendo nessa região específica da maior cena de consumo de *crack* no país. Em 2005, a gestão de Gilberto Kassab tentou implantar um projeto chamado Nova Luz, com a perspectiva de retirar esse público desse espaço criando equipamentos urbanos de revitalização (principalmente prédios comerciais), e com grandes desapropriações de prédios degradados. Vários impasses jurídicos fizeram com que, em 2013, o projeto fosse cancelado na gestão de Fernando Haddad. Em lugar disso, surgiram as ações de recolhimento compulsório/internação forçada como forma de equilibrar socialmente esse espaço, porém, sem sucesso. Os usuários/as

3 Frase grafitada no Minhocão, SP.

continuam instalados nesse espaço e nos arredores, em situação de extrema vulnerabilidade, sem equipamentos de atenção e proteção que possam realizar acolhimentos transitórios, tratamentos para os casos de abuso de drogas, ou qualquer outro dispositivo garantido pelo sistema único de saúde.

Este contexto, Fessler analisa como parte da

lógica de produção da cidade contemporânea e de suas desigualdades, assinalando ainda a lógica cultural, que acentua o esvaziamento e a crise dos centros urbanos e dos espaços públicos. Alguns destes aspectos são identificados por outros autores como associados ao "mal-estar da modernidade", que advém dos complexos efeitos das novas relações entre espaço, tempo e tecnologias, da instabilidade, da insegurança (HUYSEN, 2000), da dissolução de valores, de laços sociais e familiares partidos (COELHO, 1999), da redução de vínculos com lugares e instituições, da degradação ambiental, da pobreza, e das variadas e crescentes desigualdades e suas consequências. (FESSLER, 2007, p. 27-28)

Vale ressaltar que esta abordagem, devido ao caráter relativamente recente do objeto analisado em questão, possui dinâmicas, elementos contraditórios, descontínuo, e, portanto, sujeito a constantes variações ao longo da sua construção quando estudado com mais profundidade. Retornando à lógica da cidade contemporânea e os processos de desigualdade estabelecidos no seu território, Harvey (2005) caracteriza através da dimensão da produção capitalista do espaço, a transição entre o administrativismo urbano para o empreendedorismo urbano, com implicações na forma que o processo urbano desempenha na reestruturação do ordenamento geográfico da prática humana e também na disposição político-econômica do desenvolvimento urbano desigual dos tempos atuais.

Essa configuração que, por um lado, se faz visível com a fragmentação espacial em zonas, comunidades, territorialidades; por outro, materializa o desenvolvimento por meio de transportes integrados e ágeis. Essa percepção resulta de um processo, como coloca Harvey (2005, p. 168) da condição capitalista ser tão universal, que a concepção do "urbano" e da cidade também se torna instável, não por causa de alguma definição conceitual

deficiente, mas exatamente porque o próprio conceito tem de refletir as relações mutáveis entre forma e processo, atividade e coisa, entre sujeitos e objetos.

Voltando à discussão acerca das formas de governança urbana, no administrativismo urbano, característico do período de bem-estar social, havia o predomínio das instituições públicas e seus gestores para projetar um ordenamento social caracterizado por políticas de pleno emprego e direitos sociais. A transição para o modelo empreendedor urbano, que surgiu nos anos 1970 e 1980, inserido na lógica neoliberal que se hegemonizava em todos os países, ainda define a forma dos projetos urbanos e das estratégias do seu desenvolvimento. Esse fator possui três características marcadamente definidoras e sintonizadas com a lógica política, econômica e social, determinado por essa ordem que se estabeleceu de reestruturação produtiva, de desestruturação no mundo do trabalho, de desarticulação dos grupos políticos como os sindicatos, de aprofundamento das desigualdades sociais, ou seja, uma reformulação na orientação capitalista para superar a lógica de bem-estar social que concedia amplos direitos aos indivíduos que agora estavam massivamente adensando os espaços urbanos.

Essa lógica empreendedora urbanística compreende, segundo Harvey, três aspectos que implicam que

Em primeiro lugar, o novo empreendedorismo tem, como elemento principal a noção de "parceria público-privada", em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego (...). Em segundo lugar, a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto, é especulativa, e, portanto, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado. (...) Em terceiro lugar, o empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do lugar do que o território. A melhoria da imagem de cidades por meio da construção de centros culturais, de varejo, de entretenimento e empresariais, pode lançar uma sombra aparentemente benéfica sobre toda a região metropolitana. (...) Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições

num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato. (HARVEY, 2005, p. 170-171)

As cenas de consumo de *crack* e as tentativas de expropriação dos espaços territoriais ocupados por usuários/as de drogas, coaduna com essa visão posta por Fessler e Harvey, na compreensão da forma como o capitalismo apodera-se desses meios, associado à demanda advinda dos mais diversos segmentos societários que tem no discurso a ideia de que se removam todos aqueles indivíduos potencialmente violentos destes espaços, independente da forma como ela seja efetivada. Nesse conjunto de ações demandadas, inclui-se não apenas os usuários/as de drogas, mas todos os que vivem em situação de pobreza, marginalizados no processo de expansão e aprofundamento do modo de produção capitalista. Wacquant (2001) vai chamar essa conformação de "criminalização da pobreza", descrevendo o contexto social da resposta punitiva que o neoliberalismo empregou a esse segmento social. O desemprego, a crise nos serviços públicos de educação, saúde, lazer, a desestruturação no mundo do trabalho, condicionaram os segregados da periferia ao trabalho no tráfico de drogas e no jogo do bicho como alternativa de subsistência. Essa "ponta de *iceberg*" do tráfico de drogas, ou seja, os varejistas do mercado ilícito, são sempre facilmente realocados na hierarquia quando capturados nos "tribunais de rua" e levados ao sistema de justiça criminal. As ações de repressão às drogas recaem sobre a mesma identidade social, racial e geracional: moradores da periferia, negros/as e têm entre 15 e 24 anos.

As cenas de consumo de *crack* não se configuram igualmente em todas as cidades brasileiras. Com uma alta densidade populacional, as metrópoles São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG e Porto Alegre/RS, possuem territórios com um número relativamente grande de usuários/as, que variam entre 50 e 100. Em cidades de médio e pequeno porte, como em Natal/RN por exemplo, essas cenas de consumo variam entre 10 e 20 usuários, nem chegando a se configurar de fato como uma região marcadamente dinamizada por tráfico e consumo de drogas e prostituição como nas grandes áreas. As ações repressivas que têm intenção de dispersar essa população, muitas vezes, não

obtêm sucesso, uma vez que esses grupos voltam a se encontrar e reorganizar seu espaço de sociabilidade, de trocas e experimentações. Em Natal/RN, um fato curioso é a existência do que os usuários chamam de “clínicas”, casas abandonadas onde se agrupa um determinado número de usuários/as, que convivem ali e têm seu espaço protegido pela dificuldade de acesso e, principalmente, pelo desconhecimento da existência desses locais. Um deles possuía um sofá e um cachorro, o que possibilitava a convivência desses indivíduos nesses espaços de “internação”.

Vale ressaltar que as populações de usuários/as quando densas em certos territórios possuem dinâmicas particulares, assim como as cenas que são de pequenas densidades estabelecem dinâmicas e fluxos de outra ordem, completamente dispares das que possuem outras configurações.

Estudar o fenômeno da *cracolândia* e suas implicações territoriais requer atenção para as novas formas de reorganizações das sociedades na contemporaneidade, para compreender como e porque a existência desse fenômeno eclodiu de forma surpreendente no cenário mundial como “a droga que mata em segundos”. É impreterível perceber o que há por trás dessa discussão, as intenções, a dinâmica de forças postas em jogo, analisar o que está por trás das propagandas de prevenção calcadas na pedagogia do horror, e até que ponto elas funcionam. O fenômeno da produção capitalista nestes espaços “ilegais” nos meios urbanos/geográficos é uma das formas de compreender de que forma o capital se utiliza desses componentes para se reproduzir, se perpetuar, e garantir seu processo de hegemonia, e suas reconfigurações após períodos de crises cíclicas inerentes ao sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio urbano em suas raízes históricas traz como fundamental sua orientação como um centro social, cultural, econômico e político. A segregação proporcionada pelo modelo capitalista implica a exclusão de pobres, negros/as, miseráveis, da

participação desse centro, assim como todo e qualquer sujeito que tenha sua identidade social construída como "criminoso/a", "violento/a", e "agressivo/a" como são vistos os usuários/as de crack dos espaços urbanos. Essa exclusão do direito à cidade resulta da dominação econômica e política, e da fragmentação social caracterizada por essa temporalidade histórica, que se associa diretamente ao modelo proibicionista de gestão penal destes espaços urbanos. A forma de habitar desses indivíduos nesses centros urbanos retrata a dificuldade de acesso aos serviços públicos, de falta de assistência e proteção social, inseridos numa situação de vulnerabilidade, aprofundando as desigualdades sociais nas metrópoles, reforçando no imaginário social a representação dos/as excluídos/as como estranhos/as que devem ser tratados/as de maneira violenta e opressora.

O fenômeno da *cracolândia* e as tentativas de dar inúmeras respostas a essa suposta "epidemia" define a maneira de como o debate sobre drogas têm sido conduzido: permeado de impressões e fundamentações proibicionistas que reforçam o modelo repressor e moralista das discussões. É notória a existência de um pânico moral e da histeria social em torno da questão do crack, do alarmismo em relação a uma substância que apareceu em decorrência da proibição do mercado de cocaína, e que se propagou visivelmente na sociedade. O crack se tornou uma droga acessível para os segmentos mais pauperizados da sociedade (aos quais as condições econômicas impõe obstáculos no acesso ao consumo da cocaína), de fácil produção e aquisição para esse grupo específico. A situação dos/as usuários/as que estão em situação de rua não é em decurso do consumo do crack, mas o uso deste como mais uma droga para suportar as dores físicas e morais impostas pela miséria, pela desigualdade, pelas facetas opressoras que assume o capitalismo. Desnudar a miséria humana é uma forma de colocar visibilidade urbana ao que a sociedade confortavelmente preferiria deixar no obscurantismo.

Lefebvre, quando concebeu a noção do direito à cidade, às vésperas do maio de 1968, apontou que os problemas da sociedade

não podem ser todos reduzidos a questões espaciais, muito menos à prancheta de um arquiteto. Em outras palavras, traduzindo para a questão em discussão, o modelo racional de limpeza urbana e social que está sendo levado à cabo vai além de um problema de ordem administrativa, ou técnica, mas implica a percepção de que estes indivíduos são objetos deste espaço social, resultado de relações políticas, econômicas, e sociais, de dominação, em que o Estado, através de políticas urbanísticas, controla a sociedade.

Muitos aspectos existentes nos espaços urbanos caracterizados pelo consumo de drogas, em especial o de *crack*, retrata uma realidade de opressão e de negativas na conquista de direitos. Não existe o diálogo, a atenção às mínimas necessidades dessa população - lugar para dormir, tomar banho, comer, curar um machucado -, muito menos uma estrutura que reinsira esses indivíduos num sistema educacional, trabalhista, são ausentes. No que se refere ao acompanhamento para tratamentos de abuso de drogas baseados numa perspectiva de reinserção social, de autonomia, de compreender que esses usuários são dotados de capacidade de se reafirmar enquanto sujeitos que optam por usar drogas, são inexistentes no plano do poder público.

A noção de que os usuários de *crack*, e também de outras drogas, estão tomados pela substância de modo incontrolável a ponto de não perceberem a realidade que os cercam, nem suas necessidades físicas, é uma justificativa permanente para implantar políticas de internações compulsórias e abstinências que, na realidade, não passam de um instrumento de isolacionismo e higienização social. A realidade é que as cenas de consumo de *crack* são permeadas de uma grande variedade das formas de sobrevivência naquele cotidiano que vão desde formas de obter a substância até como eles vão comer, ou conseguir comida, segundo aponta Adorno et al. (2013, p. 29) reconfigurando a imagem do local de um lugar limítrofe da humanidade para um lugar onde desejos e necessidades buscam saciedade através de toda uma rede de agenciamentos no limite do ilegal, informal e do ilícito aglutinando diversos sujeitos implicados ou não com o comércio e o consumo de *crack*.

A dimensão posta nessa discussão é na concepção de luta pelo direito à cidade, romper com as indiferenças para se caminhar tendo no horizonte um modelo de produção do espaço urbano caracterizado pela interação igualitária das diferentes formas de vida, de compreensão do outro enquanto sujeitos com suas peculiaridades subjetivas, que constroem a existência urbana em um leque de possibilidades diversas que devem ser levadas em consideração de maneira a não perpetuar a sujeição desses indivíduos a uma ordem moral imposta e repressora, mas da própria superação dessa ordem ditada pela democracia do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Rubens Camargo Ferreira; GODOI, Tiago Calil; GOMES, Ramos Bruno; MALVASI, Paulo Artur; RUI, Taniele; SILVA, Selma Lima; VASCONCELLOS, Maria da Penha. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Revista Saúde e Transformação*. Santa Catarina: UFSC. v. 4, n. 2, 2013. p. 04-13.
- ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares: Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminaridades no Espaço Urbano. Rio de Janeiro, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 19-28, 1994.
- BECKER, Howard. *Outsiders – estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CRUZ, Fernanda. Crack mata 50% a mais dos neurônios do que a cocaína. *UOL*. São Paulo, 26 mai., 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2013/05/26/crack-mata-50-a-mais-dos-neuronios-do-que-cocaina-revela-pesquisa.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- DOMANICO, Andrea. *Craqueiros e Cracados: Bem-Vindo ao Mundo dos Nóias! Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, 2006.
- FESSLER, Lilian. Ações culturais em favelas cariocas - notas preliminares. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA / Universidade Federal da Bahia*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Salvador, Ano 5, número especial, 2007, p. 27-40.

- FREIRE, Aloizio. Epidemia de *crack* está fora do controle. *G1*. Rio de Janeiro, 8 Jun., 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/epidemia-de-crack-esta-fora-de-controle-adverte-especialista.html>. Acessado em 7 fev. 2014.
- G1 SP. Imagem de Nossa Senhora do *Crack* causa polêmica em SP. *G1*. São Paulo, 23 jul. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/07/imagem-de-nossa-senhora-do-crack-causa-polemica-em-sp.html>.
- HART, Carl. *Um preço muito alto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Centauro Editora, São Paulo. 2008.
- MAGNANI, José G. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. EDUSP: São Paulo, 1996.
- NICOLAS, Lola. *Crack* é a droga que mata rapidamente. *Diário do Grande ABC*. São Paulo, 01 Set., 2010. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/117969/crack-e-droga-que-mata-rapidamente>>. Acesso em: 8 fev. 2014.
- PARK, Robert E. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. Rio de Janeiro, *O fenômeno Urbano*, 1967.
- RODRIGUES, Thiago. *Política e Drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC, 2004.
- RUI, Taniele. *Isto não é um cachimbo. Notas etnográficas Acerca da relação entre usuários de crack e seus utensílios*. V Encontro Nacional de Estudos do Consumo/ I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo. 15 a 17 de setembro. Rio de Janeiro, 2010.
- SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental. O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

RESUMO

O ensaio proposto versa acerca das dinâmicas nas cenas de consumo de *crack* no meio urbano, compreendendo de que forma este fenômeno se configura de acordo com a variação espacial entre diferentes cidades. Adotando a cena de consumo de maior visibilidade, localizada em São Paulo/SP, a discussão compreenderá as formas de sociabilidade estabelecidas nestes espaços, assim como a questão da epidemia influencia na formulação de políticas públicas baseadas nas concepções de gentrificação e higienismo social a partir da administração urbana neoliberal.

Palavras-chave: Consumo de *crack*, Centros urbanos, cenas de consumo, Gentrificação, Higienismo.

ABSTRACT | "CECI N'EST PAS UNE PIPE": CONSUMPTION OF CRACK, ILLEGAL TERRITORIES AND URBAN TRAJECTORIES

The proposed essay discusses the dynamics of the *crack* cocaine scenarios in the urban environment, understanding that this kind of phenomena is organized according to the spatial variation between different cities. Adopting the most visible consumption scenario, found in São Paulo/SP, the discussion will entail the different types of sociability established in these spaces, as well as how the matter of the epidemic influences the development of public policies based on conceptions of gentrification and social hygienism from a neoliberal urban administration.

Keywords: Consumption of *crack* cocaine, Urban centers, consumption scenarios, Gentrification, Social hygienism.

RESUMEN | "CECI N'EST PAS UNE PIPE": CONSUMO DE CRACK, TERRITORIOS Y TRAYECTORIAS ILEGALES URBANAS

El ensayo propuesto se trata de las dinámicas en escenas del consumo de *crack* en las zonas urbanas, comprendiendo de cuál forma ese fenómeno configurase de acuerdo con una variación espacial entre diferentes ciudades. Adoptando la escena del consumo de mayor visibilidad, ubicada en São Paulo/SP, la discusión incluirá las formas de sociabilidad establecidas en estas áreas, así como el debate sobre la epidemia influye en la formulación de políticas públicas basadas en los conceptos de la gentrificación y el higienismo social desde la gobernanza urbana neoliberal.

Palabras clave: Consumo del *crack*, Centros urbanos, áreas de consumo, Gentrificación, Higienismo.